

“SALVE A ÁGUA BOA DO XINGU”: IMPACTOS DA SOJICULTURA SOBRE O RIO XINGU E OS POVOS TRADICIONAIS DO PIX

Thais Aparecida B. dos Santos¹

Introdução

No decurso de seus 2,3 km, o Rio Xingu nasce na região de cerrado ao norte do Planalto Central de Mato Grosso, cortando o Estado do Pará e deságua no Rio Amazonas, sendo o Rio Kuluene seu principal formador. Aqui, dois biomas se encontram: o Cerrado e a Amazônia. A sua bacia cobre uma área em torno de 531.000 km². Atualmente, 16 etnias indígenas vivem ao longo de suas cabeceiras, no Parque Indígena do Xingu (PIX), maior reserva indígena do mundo e a primeira homologada pelo governo federal. O Parque é dividido em três partes: ao norte temos o Baixo Xingu, no centro o Médio Xingu e ao sul o Alto Xingu (ISA, 2002). Apesar de falarem línguas diferentes, esses povos caracterizam-se pela complexa multiplicidade em seus modos de vida, organização social, cultural, ritual e cosmogônica. Ao articularem-se através de redes de trocas, projetadas numa pluralidade étnico-cultural, compartilham o Rio, a terra e as florestas.

Com a instauração do Estado Novo (1937), a última das “eras Vargas”, as políticas intervencionistas de cunho nacionalista, buscaram fôlego na amarga experiência com a Crise de 1929 para incorporar, povoar e desenvolver a região Centro Oeste e Norte do país. Caberia ao Estado assumir as rédeas de modernização do país, “incorporando as “riquezas de seu interior” em sua “caminhada para o futuro” (ROCHA, 1992, p. 02). Tal empreitada consolidou-se através da Expedição Roncador Xingu, política indigenista que incumbia em

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER UEG/ Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas Unidade Nelson de Abreu Júnior). Anápolis-GO. taisueg@gmail.com. . Link Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3344774225871258>

seus discursos a importância da integração nacional, identitária e culturalmente coletiva, dissimulando a finalidade única: a construção de povoados e colônias agrícolas nacionais.

Organizada pela Fundação Brasil Central (1943), os irmãos Villas-Bôas assumiram os postos de comando da Expedição que projetou desbravar, reconhecer e mapear os sertões do cinturão Centro-Norte do país, “recebendo forte acolhida dos representantes do setor industrial paulista, responsáveis por grande parte das doações que aparelharam a expedição” (ALMEIDA, 2019, p.378). Após os primeiros contatos com os povos indígenas que viviam na região e iniciados os processos de dominação regional, seguiu-se a instauração de núcleos urbanos para promover a ocupação demográfica do território. Também, com o apoio do Estado são abertas as primeiras pistas de pouso para interligar a região ao restante do país e facilitar a navegação pelo Rio Amazonas. Ainda

Foram criadas empresas que tinham o papel de incentivar o desenvolvimento econômico do centro- oeste brasileiro: 1- A Central Sul-Goiana S.A., encarregada de produzir açúcar de cana - produto extremamente caro na região. 2 - Entrepósitos Brasil Central Ltda e Transportadora Amazonas S.A., encarregados de fazer transporte de produtos importados a preços mais baixos (ROCHA, 1992, p. 09).

Apropriar-se dos recursos naturais era a lógica emancipadora do Estado, tomando formas através do acelerado processo de integração de capitais e modernização; o Cerrado tornou-se referência mundial de fronteira agrícola. Tal fenômeno também imprimiu a “reorganização” do espaço geográfico, garantindo ao bioma um caráter exponencial de economia-mundo. Agora, os povos originários viam-se em territórios delimitados, privatizados seus rios, terras e florestas; experiências fomentadas pelo princípio utilitarista do capital. Já na década de 1970, com a concessão de créditos rurais e, conseqüente incentivo de contingentes migratórios para o entorno do Parque, e, “ao longo dos últimos 30 anos o processo de incorporação das terras mato-grossenses a agricultura capitalista evoluiu muito rapidamente de frentes de colonização dirigida, para a agricultura comercial e a consolidação do agronegócio”(MENEZES, 2008, p. 187). Com a formação dos CAIS (Complexos Agroindustriais), conforma-se um novo bloco de interesses em que sobressaem a participação do capital industrial, do Estado e dos grandes e médios proprietários rurais; alimentando uma política tecnológica específica e ao mesmo tempo fundiária que valoriza a propriedade territorial e tudo que se pode dela prover.

Apesar de recente, intensificada nos fins da década de 1960, a produção de soja na região aumentou exponencialmente. Hoje, o Estado do Mato Grosso segue como o maior produtor de grãos do país, e “ironicamente” abriga o maior número de etnias indígenas . Os efeitos da apropriação ilegal de reservas indígenas para o cultivo de grãos a médio e longo prazo somam-se gradativamente aos números assustadores de crimes ambientais, o ecocídio. Observa-se que,

Durante o processo de ocupação, que foi intensificado há mais de 40 anos, a região acumulou passivos ambientais, principalmente com relação às nascentes e matas ciliares. Cerca de 33% da cobertura florestal da bacia já foram já foi suprimida em Mato Grosso. Por outro lado, estimativas do IBGE (2007) evidenciam a importância socioeconômica da produção agropecuária da bacia do Rio Xingu no Estado de Mato Grosso: 51,43% da área plantada de arroz, 22,7% de soja e 16,34% de algodão do estado não na bacia do Xingu; da mesma forma, 24,9% dos bovinos e 19,5% dos ovinos criados no estado (MEIRELLES, M.S.P. *et al*, 2010, p. 08).

Devido às taxas elevadas de desmatamento, comprometimento dos solos, destruição das matas ciliares e contaminação das nascentes por aditivos químicos e agrotóxicos; convencionou-se aos estudos mais recentes das Ciências Ambientais definir o cinturão Centro-Norte do país como o “Arco do Desmatamento”. A disseminação de queimadas, a pulverização de venenos sobre as roças tradicionais e ribeirinhas, o estabelecimento de assentamentos e grandes propriedades rurais, sucateiam os arredores das nascentes (sem proteção); abrem margens para a delimitação errada das faixas de proteção frente às plantações de soja e a expansão cada vez mais acirrada das áreas de pastagens para a criação do gado, atinge e degrada diretamente as matas ciliares (ISA, 2005, p. 17).

Após significativa redução de peixes disponíveis e o receio da insegurança alimentar relatados pelos povos do PIX, foi criada em 2004, ocasião do Encontro Sementes do Xingu ocorrido em Canarana (Mato Grosso), a campanha “Y’ Ikatu Xingu”, que na língua kamaiurá significa “Salve a água boa do Xingu”. Com o intuito de promover a recuperação e proteção das nascentes e matas ciliares, o movimento reúne diversas organizações não-governamentais, como “o Instituto Socioambiental (ISA), lideranças indígenas, instituições estrangeiras, como Fundação Doen e Icco, empresas privadas, organizações de agricultores e representantes do poder público” (REPÓRTER BRASIL, 2010, p.21).

O favorecimento do sistema do agronegócio através das políticas de caráter inconstitucional jurisprudencialmente executadas na contramão das questões ambientais e dos direitos de povos indígenas, fortalecem o protagonismo do agronegócio do país;

consequentemente “inibindo” as práticas de reflorestamentos e recuperação de nascentes que, constitucionalmente, deveriam ser fiscalizadas tais operações. Observamos, nas comunidades indígenas do PIX, os seguintes impactos socioambientais e culturais decorrentes do Ecocídio gerenciado pela sojicultura: 1) Comprometimento da pesca e do consumo das águas: contaminação das nascentes por venenos, aditivos químicos, agrotóxicos e demais substâncias exógenas que impossibilitam o uso da água; reduzindo drasticamente a disponibilidade de peixes, e ocasionando doenças infecciosas nas populações que deles dependem. Com o desequilíbrio ecológico, tais comunidades convivem com a malária, a esquistossomose e a hanseníase. As diarreias acometem um grande número de crianças e a anemia grave afeta cerca de 50% das mulheres em idade reprodutiva². 2) Insegurança alimentar: Pulverização aérea de agrotóxicos que contaminam as roças tradicionais/familiares; as queimadas que afetam as matas ciliares que retardam a reprodução dos frutos silvestres tradicionalmente incluídos na dieta desses povos; bem como provocam doenças respiratórias entre crianças e idosos das comunidades e 3) Comprometimento dos ordenamentos religiosos e rituais: a destruição de matérias-primas advindas das cadeias florísticas, comumente utilizadas na confecção de utensílios domésticos (cuias, bacias, cestos, etc) e adornos cerimoniais (plumárias, colares, cocares, pinturas corporais e etc). 4) Invasão de reservas e áreas demarcadamente indígenas: invasão de TIs e demais entornos das cabeceiras para pastagem devido a expansão gradual da criação do gado na região.

A destruição das matas ciliares vulnerabiliza os rios, agravando o assoreamento e consequentes danos irreversíveis aos lençóis freáticos. Dados mais recentes do Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (RAD 2021), revelam que em 2021 todos os biomas sofreram um aumento exponencial de área desmatada em reserva legal. Ainda, segundo o Relatório,” em 2021, se observa uma maior concentração de alertas no arco do desmatamento na Amazônia, como também na região do Matopiba no Cerrado”(RAD, 2022, p. 36). Agravado pelo fato de as nascentes dos rios que cruzam o PIX situarem-se fora do território demarcado, os efeitos do desmatamento e poluição influenciam todo o território onde vivem as comunidades.

Objetivos

² Em entrevista à Tv BrasilGov 7, com o Secretário Especial de Saúde Indígena – MS Antônio Alves de Souza, transmitida em 19 de agosto de 2013. Disponível em :< <https://www.youtube.com/watch?v=TaYIjOVino> & gt;>. Acesso em 08 de set. 2020.

- Discorrer sobre o ecocídio provocado pela expansão da sojicultura na região, e seus impactos sobre o Rio Xingu e os povos tradicionais que dele dependem para viver.
- Verificar a situação geológica do Rio Xingu e de suas cabeceiras
- Analisar de que maneira o sistema do agronegócio promove a destruição dos recursos naturais no país, através do “afrouxamento” das leis de proteção ambiental
- Apontar alternativas que viabilizem o protagonismo indígena sobre seus territórios e os usos sustentáveis dos recursos naturais

Método

Em primeiro momento, a pesquisa de caráter exploratório e descritivo, baseou-se em levantamento bibliográfico e de dados estatísticos. Contou-se com a consulta de artigos, cartilhas, projetos de pesquisas de campo organizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pelo Instituto Socioambiental (ISA). Relatórios como o *Relatório Anual do Desmatamento*, reportagens e a análise de produções audiovisuais também foram realizadas, a exemplo do filme *Xingu* (2012), de Cao Hamburger e *A Última Floresta* (2021), de Luiz Bolognesi.

Resultados

A destruição segue o leito do rio. O sistema do agronegócio se alimenta da destruição ambiental e fornece um discurso materialista e predatório sobre os recursos naturais, afetando diretamente a expectativa de vida (até então elevada) das populações tradicionais. A abrupta expansão do agronegócio no país, no caso de Mato Grosso, mais especificamente as lavouras de soja, impacta drasticamente a segurança alimentar desses povos. Com a diminuição de áreas plantadas para cultivo, e a conseqüente redução de atividades como a caça, pesca e o cultivo de produtos advindos da natureza, observa-se a introdução e consumo de alimentos industrializados. Doenças antes quase inexistentes (diabetes, hipertensão, obesidade e etc) têm crescido anualmente.

É válido ressaltarmos outros segmentos de destruição que agravam esse cenário. O Dossiê do Garimpo no Xingu, organizado pelo Instituto Socioambiental (ISA) contabilizou, entre os anos de 2018 e 2019, elevadas ondas de garimpos ilegais ameaça Áreas Protegidas da bacia do Xingu e à sobrevivência dos povos indígenas e ribeirinhos que ali vivem. Metais pesados, como o mercúrio, contaminam os rios, ocasionando danos severos à saúde da população. Um laudo da Polícia Federal (PF) realizado em 2022, revelou a contaminação de quatro rios que margeiam a Terra Indígena Yanomami por mercúrio. Cerca de 8600%, taxa superior ao número permitido para consumo humano (RAMALHO *et al.* 2022). As chamadas “obras faraônicas” como a Rodovia Transamazônica (1969-1972, durante o governo militar do general Médici) e a polêmica construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que ocasiona a remoção forçada de populações ribeirinhas, diminuição da vazão da água, aumento da pressão sobre recursos naturais remanescentes em TIs e Unidades de Conservação (UCs), conforme relatórios do ISA.

Torna-se imprescindível a ampliação de pesquisas e monitoramentos de ações ecocidas, bem como a execução de projetos de leis e políticas públicas coesas com os direitos dos povos indígenas estabelecidos na Carta Maior de 1988. Direitos esses que devem sobressair-se em relação às ordens coercivas do capital e ao narcisismo do Estado.

Conclusão

Os dados alarmantes resultados das atividades econômicas ilegais e predatórias que apostam nos recursos naturais como “campos de experimentação”, denotam a emergente necessidade de maiores investimentos na Pesquisa Científica Brasileira. Estabelecer maneiras sustentáveis de conservação de nossas faunas, flores, águas, biomas e da sociobiodiversidade como um todo, abre caminhos alternativos ao desenvolvimento econômico sustentável. Contudo, a descrença e desvalorização das Universidades públicas e seus cientistas, atrasam tais possibilidades.

É também de suma importância, a ocupação de cargos magistras, políticos e legislativos por lideranças indígenas, promovendo maior visibilidade aos inúmeros movimentos e ativismos socioculturais crescentes nos últimos anos. Ementas, projetos de leis

e políticas públicas devem com a participação e fiscalização destes, pois os homens só se darão conta quando a última árvore for derrubada (conforme Davi Kopenawa Yanomami).

Referências

A ÚLTIMA FLORESTA, 2021 [filme]. Direção de Luiz Bolognesi. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=h30UO2bb04o>>. Acesso em: 13/01/2023.

ALMEIDA, T. F. MODERNOS BANDEIRANTES, ANTIGOS INTERESSES: A EXPEDIÇÃO RONCADOR-XINGU E A CONQUISTA DA FRONTEIRA OESTE (1938-1948). **Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, 66, 2019. Disponível em:<<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/44671>>. Acesso em: 03/01/2023.

—. Expedição Roncador-Xingu (1943-1948): a tensão entre integrar e preservar os indígenas do Brasil Central. In: **HISTÓRIA e DEMOCRACIA: Precisamos falar disso**. Guarulhos, São Paulo, 2018. Disponível em:<https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1532734660_ARQUIVO_TEXTOANPUH_final.pdf>. Acesso em: 18/01/2023

DELGADO, Guilherme C. Mudança técnica na agricultura , constituição do Complexo Agroindustrial e política tecnológica recente. **Cad. Dif. Tecnol.**, Brasília, 2(1): 79-97, jan./abr. 1985. Disponível em:<<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/viewFile/9249/5283>>. Acesso em: 09/12/2022.

DIAS, T.A.B., et al. Agrobiodiversidade indígena: feiras, guardiões e outros movimentos. FREITAS, F.O.,FREITAS, J.Z.F Relato sobre mudança cultural em comunidades do Parque Indígena do Xingu. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento - Embrapa**. Brasília, 2003. Disponível em:<<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/185379/relato-sobre-mudanca-cultural-em-comunidades-do-parque-indigena-do-xingu>>. Acesso em: 13/01/2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. Disponível em:<<https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/almanaque-socioambiental-parque-indigena-do-xingu-50-anos>>. Acesso em: 20/10/2020.

—-.Campanha Y’ Ikatu Xingu - **Desenvolvimento de Parcerias para Gestão de Recursos Naturais. Apresentação do Instituto Socioambiental Conferência Internacional Empresas e Responsabilidade Social**. São Paulo, Jun. de 2005. Disponível em:<https://ethos.org.br/ci_es_2005/apresentacoes/apresetacoes_09-06/MarcioSantili-yikatu.pdf>. Acesso em: 12/01/2023.

KOPENAWA, Davi., ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami**. 1ª edição..São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MEIRELLES, Margareth Simões Penello. et al. Evolução do desmatamento na região dos formadores do rio Xingu, no estado de Mato Grosso. Rio de Janeiro: **Embrapa Solos**, 2010. Disponível em:<<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/881252/evolucao-do-desmatamento-na-regiao-dos-formadores-do-rio-xingu-no-estado-de-mato-grosso>>. Acesso em: 03/12/2022.

MENEZES, Maria Lucia Pires. Parque indígena do Xingu: efeitos do modo de vida urbano e da urbanização no território indígena. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 11, n. 2, nov. 2009. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/278>>. Acesso em: 09 jan. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v11i2.278>

RAMALHO, yara et al. Rios na Terra Yanomami têm 8600% de contaminação por mercúrio, revela laudo da PF. **IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares**, Junho de 2022. Disponível em:<https://www.ipen.br/portal_por/portal/interna.php?seco_id=39campo=17680>20/01/2023.

RELATÓRIO ANUAL DO DESMATAMENTO NO BRASIL 2021 - RAD. **Map Biomas**, São Paulo, 2022. Disponível em:<https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/rad2021/RAD2021_Completo_FINAL_Rev1.pdf>. Acesso em: 10/01/2023.

REPÓRTER BRASIL - Organização de Comunicação e Projetos Sociais. Impactos da soja sobre Terras Indígenas no estado do Mato Grosso. **Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis**. São Paulo, Julho de 2010. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/documentos/indigenas_soja_MT.pdf>. Acesso em: 13/12/2022.

----. Apontamentos sobre os impactos socioambientais e econômicos da soja nas comunidades do Parque Indígena do Xingu e da Terra Indígena Paresi. **Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis**. São Paulo, Novembro de 2011. Disponível em:<<https://rightsandresources.org/wp-content/exported-pdf/11cedl03anexo1bestudiobrasilpdf.pdf>>. Acesso em: 20/12/2022.

ROCHA, Leandro Mendes. A Marcha para o Oeste e os índios do Xingu. Fundação Nacional do índio - FUNAI. **Índios do Brasil**, N°2, Junho, 1992. Disponível em:<<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/B2D00011.pdf>>. Acesso em: 08/01/2023.

VICENTINI, Albertina. **Tal sertão, qual Cerrado?**. Goiânia: Gráfica, UFG, 2016.

XINGU, 2012 [filme] Direção de Cao Hamburger. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=R7YhzUu6b7k>>. Ace em: 13/01/2023.